

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 168 - Brasília, sexta-feira, 16 de fevereiro de 1996

Cafeteira: censura ao Brasil fere a soberania nacional



Cafeteira

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) condenou a iniciativa do Parlamento Europeu de votar uma resolução emergencial contra o Brasil com uma moção de censura ao decreto que permite contestação às demarcações de terras indígenas. Para o senador, a decisão, adotada por pressões de organizações não-governamentais (ONGs), representa um atentado contra a soberania nacional.

Em aparte, Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que as ONGs têm todo o direito de criticar o governo, mas elas não são os tribunais morais da humanidade, daí por que o Parlamento brasileiro deve ser mais corajoso e fazer o que achar melhor para o país.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que, se há muitas entidades interessadas meramente nas riquezas naturais que os índios possuem, há muitas que atuam com sinceridade.

NESTA EDIÇÃO

Maldaner quer rigor em prazo para votar Orçamento

Página 3

Senadores cobram providências para conter desemprego

Página 4



Ao lado de representantes do Executivo e do Judiciário, Sarney preside a abertura dos trabalhos

Congresso volta ao centro do debate político, diz Sarney

Previsão é de que sejam votadas até junho todas as propostas de reforma constitucional que se encontram no Legislativo

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, afirmou ontem, durante a instalação da segunda sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura, que a instituição voltou a se impor como o centro do debate político nacional, promovendo as mais importantes alterações no texto constitucional de que se tem notícia na vida republicana.

Na início da solenidade, o primeiro-secretário em exercício da Câmara dos Deputados,

Benedito Domingos (DF), fez a leitura da mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho.

Em seu pronunciamento, Sarney disse que o esforço conjunto realizado a partir de 1995 pelas duas Casas do Congresso traduz a convicção de que sem parlamento não há liberdade e sem liberdade não há democracia.

Na sessão legislativa ontem

inaugurada, segundo Sarney, o Congresso manterá o mesmo ritmo observado em 1995, quando alcançou recordes em termos de produção legislativa e ação política.

Durante rápida entrevista ao final da abertura dos trabalhos legislativos de 1996, Sarney afirmou que o Congresso Nacional deverá votar até junho todas as propostas de reforma constitucional que se encontram no Legislativo.

Página 2

Autoridades prestigiam a sessão de abertura

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, declarou instalados, às 11h10, os trabalhos da segunda sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura, e logo após convidou os parlamentares, autoridades e convidados a ouvirem de pé o Hino Nacional executado pela Polícia Especial do Exército

Compareceram à sessão so-

lene o vice-presidente da República, Marco Maciel; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence; o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Romildo Souza; o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Velloso; os ministros Clóvis de Carvalho, da Casa Civil; Benedito Leonel, do Emf; José Israel Vargas, da Ciência e

Tecnologia; Lélío Lobo, da Aeronáutica; Paulo Paiva, do Trabalho; José Serra, do Planejamento; Sérgio Motta, das Comunicações; Reinhold Stephanes, da Previdência Social; Adib Jatene, da Saúde; Edson Arantes (Pelé), dos Esportes; o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; e representantes do corpo diplomático.

Votada moção de pesar pelo cantor Taiguara

O Senado aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para fazer constar em ata uma moção de pesar pela morte do cantor Taiguara. A providência será comunicada à família do artista, falecido na madrugada de quarta-feira (dia 14), vítima de câncer na bexiga. Conforme o senador, o intérprete sofria a doença desde 1990, ficando posteriormente impedido de trabalhar.

Referindo-se ao cantor como "Cavalheiro da Esperança", Suplicy louvou a biografia de Taiguara, dizendo que ele sempre se identificou com a atuação dos que querem fazer justiça no país.

Júlio Campos homenageia cantor



Campos

"Acho que falo por todos os brasileiros que gostariam de externar suas respeitadas homenagens a este grande artista brasileiro", afirmou o senador Júlio Campos (PFL-MS), ao manifestar seu pesar pela morte do cantor Taiguara. O parlamentar lastimou que o artista tenha morrido tão cedo e vitimado por doença tão cruel. Campos disse que as músicas por ele produzidas são inesquecíveis e influenciaram toda a sua geração.

O senador referiu-se também à postura política do intérprete, assim como à coragem com que combateu o regime militar: "Ele encantou nossa geração de jovens. Taiguara não teve medo e produziu canções inesquecíveis".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado.

Fernando Henrique destaca contribuição do Legislativo

Presidente afirma, na mensagem enviada ao Congresso, que mudança na Ordem Econômica foi principal conquista do governo

Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, alusiva à instalação da segunda sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura, o presidente da República destacou a contribuição do Legislativo para a "principal conquista política" de seu governo, no ano passado, que foi a alteração dos dispositivos da Constituição sobre a Ordem Econômica.

A retomada dos investimentos no país, segundo Fernando Henrique Cardoso, decorre di-

retamente das reformas econômicas. Em 1995, houve crescimento dos investimentos produtivos estrangeiros, que superaram 3 bilhões de dólares. O presidente anunciou que, até o final da década, esses investimentos deverão ficar acima de R\$ 12 bilhões.

O chefe do Executivo considerou também importante a aprovação, no ano passado, da Lei de Concessões, por ele sancionada, cujo projeto original foi de sua iniciativa, quando

senador. "Foi o principal fato na área da desestatização, proporcionando - sobretudo na área elétrica - novos investimentos e a conclusão de empreendimentos - viabilizada mediante concessões - num total superior a 2 bilhões de dólares", relatou.

O Presidente aponta, na mensagem, como obstáculos à estabilidade econômica e política do país "a permanência da cultura do déficit público, o atraso e o corporativismo".

Relatório mostra desempenho de senadores

O acompanhamento das atividades do Legislativo pela opinião pública ficou mais fácil com a divulgação do *Relatório da Presidência do Senado* sobre os trabalhos de 1995. Dados objetivos que permitem avaliar o desempenho dos senadores, como projetos apresentados, pronunciamentos realizados, participação nas comissões, licenças e ausências, estão disponíveis na publicação de 659 páginas.

As informações estão organizadas em quadros e tabelas,

possibilitando consulta rápida. A pesquisa foi realizada pela Secretaria-Geral da Mesa, sob a direção de Raimundo Carreiro.

No texto de apresentação, o presidente do Senado, José Sarney, ressalta a satisfação pelo trabalho realizado, especialmente com o preenchimento das "missões prioritárias" - a cooperação no esforço de modernização do país e o resgate da imagem da instituição. Ainda em 1995, foi criado o Grupo de Trabalho de Reforma e Mo-

dernização, que elabora reforma da estrutura organizacional e administrativa da Casa, com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas. Foram adotadas inovações, como a instituição da agenda mensal das matérias a serem submetidas ao plenário, a circulação do *Diário do Senado Federal* com o resultado das atividades da véspera, a reformulação da Comissão Mista de Orçamento, a edição diária do *Jornal do Senado*, a integração à Internet e a decisão de criar a TV Senado.

Quintanilha critica qualidade do ensino público

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) protestou ontem contra a "má qualidade" do ensino público no país e condenou o alto custo das mensalidades nas escolas particulares. Cobrando mais atenção do governo para com a educação, o senador advertiu que "o país não poderá crescer social e economicamente com um sistema de ensino deficiente".

A forma mais adequada e correta de regularizar essa situação e coibir as mensalidades abusivas cobradas pelas

escolas particulares é o governo oferecer um ensino eficiente e com qualidade - disse Quintanilha.

Para o senador, "a educação é apenas uma mercadoria muito cara para a classe média, e sob suspeita para a população pobre, que a obtém de graça, mas com a grave desconfiança de estar recebendo do Estado um produto de segunda linha". Leomar Quintanilha anunciou que apresentará proposta de



Quintanilha

emenda constitucional estabelecendo a criação de escolas de co-gestão, que seria uma espécie de cooperativa escolar, iniciativa apoiada, em aparte, por Carlos Patrocínio (PFL-TO). Também Emília Fernandes (PTB-RS) elogiou a "avaliação lúcida" de Quintanilha sobre a educação, e considerou um "retrocesso" o fato de o projeto da LDB dividir em ciclos o ensino fundamental.



Marina Silva

Marina cobra ação para prender assassinos

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem que vai pedir um relatório ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, sobre a ação desenvolvida pela Polícia Federal para recapturar os assassinos de Chico Mendes, cuja fuga completou três anos.

"É de se estranhar a lentidão e o silêncio das autoridades sobre o caso", criticou, recordando que a imprensa divulgou recentemente que os dois criminosos estariam na Bolívia, em local conhecido. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, apoiou o protesto.

Nabor denuncia contrato assinado por governador

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse ontem que um contrato de financiamento no valor de R\$ 27 milhões assinado



Nabor Júnior

pelo governador do Acre, Orleir Cameli, junto à Caixa Econômica Federal, representa na prática uma intervenção nos assuntos administrativos do estado.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) informou que a proibição de contratar funcionários, prevista no contrato, prejudica municípios que dispõem de apenas um médico.

Para o senador Flaviano Melo (PMDB-AC), o governador "enganou" a Assembleia Legislativa para obter a aprovação do contrato.

Emenda de Maldaner impõe rigor nos prazos para votar Orçamento

Sessão legislativa não seria interrompida em julho sem a aprovação da LDO, nem encerrada no final do ano sem a lei orçamentária

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem à Mesa do Senado proposta de emenda constitucional estabelecendo que a sessão legislativa não será interrompida, no mês de julho, sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), nem encerrada, no final do ano, sem a aprovação da lei orçamentária anual.

Maldaner esclareceu que a

medida objetiva maior rigor na observância do prazo para apreciação da proposta de lei orçamentária anual, "e a conseqüente devolução, para sanção presidencial, antes do início do exercício financeiro a que se refere".

Segundo o senador, a proposta pretende quebrar o ciclo iniciado em 1991, "que vem se prolongando até o exercício do ano financeiro de 1996",

sem que o Congresso consiga votar no ano anterior a lei de meios do país para o exercício financeiro do ano seguinte, conforme estabelece a Constituição. "Estamos no mês de fevereiro, já no início da sessão legislativa, e nada", criticou.

Maldaner foi apoiado, em aparte, pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Bernardo Cabral (AM).

João Rocha condena privilégio concedido a companhias aéreas

O senador João Rocha (PFL-TO) recomendou ontem a imediata reformulação na legislação que estabelece normas para o repasse de tarifas ao erário, ao qualificar de "incompreensível, aviltante e injusta" a inadimplência de 19 companhias aéreas para com a União. Segundo o senador, o débito dessas empresas é de aproximadamente R\$ 214 milhões e refere-se ao recolhimento das tarifas de embarque não repassadas ao Tesouro Nacional.

João Rocha estranhou também que o governo ofereça todas as facilidades às companhias aéreas enquanto castigam outros segmentos que alijam a economia do país, como a agricultura, com juros reais de 24% ao ano mais correção monetária.

O senador lamentou o fato de se conceder às empresas aéreas o direito a parcelamentos, de até 96 meses, com juros compensatórios de 1% ao mês.

O senador lembrou a falta



João Rocha

de recursos do Fundo Aeronáutico, a difícil situação em que se encontra a Força Aérea Brasileira e as condições dos aeroportos do país, que, conforme disse, operam precariamente.

João Rocha considerou ainda o "elevadíssimo" custo das passagens aéreas relativas a percursos nacionais. Observou que um bilhete para o trecho Brasília-Palmas é mais caro do que uma passagem para os Estados Unidos.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) também se manifestou contrário aos privilégios às companhias aéreas concedidos por dispositivo legal, e criticou o "carnibalismo" praticado pelo Ministério da Aeronáutica que, sem recursos financeiros, é obrigado a desmontar até dois aviões para conseguir manter uma aeronave em condições de uso.

Já o senador Bernardo Cabral (AM) disse que o alto preço das passagens aéreas é um "descaso para com o desenvolvimento do turismo nacional".

Jefferson pede extinção do IPC

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) reiterou ontem que não quer pertencer ao IPC (Instituto de Aposentadoria dos Congressistas) e que o órgão precisa ser extinto.



Jefferson

Aos deputados que assinaram uma lista favorável à manutenção do instituto, o senador lembrou que o momento é de corte de privilégios, entre os quais ele incluiu o da aposentadoria parlamentar.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) ressaltou que governadores e parlamentares são eleitos para mandatos determinados e não para a sociedade pagar-lhes a vida toda. "Não considero minha uma aposentadoria de oito anos", declarou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a mesma posição, afirmando que, no caminho para uma equidade entre setor privado e público, "os parlamentares devem chegar a uma fórmula institucional que não se distancie dos critérios para a aposentadoria da maioria".

EMPREGO/DEBATE

Senadores cobram providências do governo

A falta de empregos, na cidade e no campo, preocupa os senadores, que cobram providências e oferecem sugestões. José Alves pede investimentos em áreas como irrigação e turismo, enquanto Eduardo Suplicy propõe a retomada do crescimento econômico e o

programa de garantia de renda mínima. Valmir Campelo diz que é preciso atualizar a legislação trabalhista e reduzir o custo de produção. Já Emília Fernandes alerta que um grande êxodo rural começou no Sul do país.

Emília Fernandes: "Começou um grande êxodo rural"

"Começou no Sul um grande êxodo rural", advertiu ontem em plenário a senadora Emília Fernandes (PTB-RS). Mais de 100 mil famílias gaúchas deixaram nos últimos meses o campo e estão morando na periferia das cidades, depois de falirem por causa da estiagem e dos altos juros cobrados pelo governo nos financiamentos rurais. No Paraná, 70 mil famílias se mudaram para as cidades e em Santa Catarina o número já bate em 50 mil.



Emília

- O sinal vermelho já acendeu no Rio Grande do Sul. O governo não levou a sério as advertências sobre as dificuldades enfrentadas pelos pequenos e médios produtores. Agora, já se sabe que a safra 95/96 gaúcha de grãos está apresentando uma quebra de quase 34% - afirmou.

A senadora leu artigo de Ana Amélia Lemos, do jornal *Zero Hora*, onde ela alerta para a crise, depois de relatar o suicídio do agrônomo Aladir Zuchetto.

Suplicy propõe crescimento e renda mínima como alternativa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a redução dos encargos sociais e a concessão de créditos subsidiados ao empresário como soluções para o desemprego. Segundo ele, a retomada do crescimento econômico e um programa de garantia de renda mínima são mais adequados para enfrentar a situação.

Na opinião de Suplicy, o fato de terem aparecido 1.500 interessados para 85 vagas abert



Suplicy

tas na Metalúrgica Aliança, após acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo eliminando encargos sociais, é indicativo da gravidade do problema do desemprego. No entanto, alertou ele, é preciso muito cuidado e a análise de outras estratégias.

O senador aplaudiu a integração de dois sindicalistas - um da Cut e outro da CGT - ao conselho de administração do BNDSES.

Valmir: acordo para contratar sem carteira fere Constituição

O acordo coletivo de trabalho temporário, assinado nesta semana entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e os sindicatos patronais, "afronta amplamente a legislação vigente e a própria Constituição", advertiu ontem o senador Valmir Campelo (PTB-DF). O acordo prevê a contratação de trabalhadores sem carteira assinada, sem depósito de FGTS e pagamento de apenas 8% ao INSS.



Valmir

- Entendo que o assunto merece uma discussão mais ampla. É preciso atualizar a legislação trabalhista e debater com profundidade maneiras de se reduzir o custo de produção no país - afirmou.

Valmir enalteceu a intenção dos sindicatos paulistas, mas lamentou que eles se esqueceram de envolver no debate os parlamentares, que têm a prerrogativa de mudar as leis ou emendar a Constituição.

José Alves: salvamento do Banespa poderia empregar 5 milhões

Os R\$ 15 bilhões que o governo deverá gastar para salvar o Banespa da falência poderiam dar emprego a 5 milhões de pessoas, em projetos de irrigação, segundo o senador José Alves (PFL-SE): "No Nordeste, um hectare de fruticultura irrigada custa R\$ 6 mil e gera dois empregos diretos, além de toneladas de frutas".

Mesmo reconhecendo o esforço para estabilizar a economia, José Alves ponderou que



Jose Alves

está na hora de a equipe econômica "fazer uma dosagem adequada" para reverter o desemprego e as dificuldades dos estados e municípios. Ele defende o estímulo aos contratos tem

porários para reduzir o desemprego, mas entende que a União deve aumentar sua arrecadação, aperfeiçoando o sistema tributário e a cobrança de impostos, e estimular projetos nas áreas de irrigação e turismo, que oferecem empregos rapidamente.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■

Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do

Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.